

jornal fêmea



Impresso
Especial

10226/2006-DR/BSB
CFEMEA

CORREIOS

Centro Feminista de Estudos e Assessoria Ano X • nº 159 • Brasília/DF • Janeiro / Fevereiro / Março • 2009



Foto: Sarah Reis

MOVIMENTOS FEMINISTAS

DURANTE A CAMINHADA DE ABERTURA NO FSM, EM BELÉM

20 Anos de Feminismo e Cidadania

As mulheres começam o ano erguidas pelas próprias forças!

Este ano o CFEMEA comemora 20 anos. Estamos preparando uma série de atividades e publicações que marcam o aniversário em meio a uma conjuntura econômica mundial desfavorável, e de circunstâncias políticas que atrasam a consolidação da convivência democrática rumo à equidade de gêneros.

Apresentamos nossas demandas feministas nos eventos organizados no Fórum Social Mundial, em Belém (PA). Mais uma vez estivemos envolvidas com a pauta de defesa de ampliação de direitos, igualdade e justiça. Aprofundando a reflexão e a experimentação de uma outra cultura política para a transformação social.

Nas eleições das Mesas Diretoras do Congresso, analisadas na nossa página de Política, nenhuma referência foi posta em relação a demandas das mulheres. Mostraram que ainda estamos em tempo de exigir uma postura de abertura democrática e participativa nas esferas de Poder.

Agregamos sinais positivos. Duas senadoras da República foram empossadas como vice - presidentes da Mesa do Senado Federal. Na Câmara, o caminho ainda é mais longo. Uma deputada será ouvinte no Colégio de Líderes e há um compromisso de criar

uma Procuradoria Parlamentar da Mulher, vinculada à Mesa Diretora. Porém, nenhuma está ocupando os cargos formais de direção.

Nessa mesma Câmara de Deputados, existe a disposição formal de criação de uma CPI do Aborto. Movimentos feministas e de mulheres já se manifestaram incisivamente contra esta iniciativa. Através de atos públicos e manifestações escritas, reivindica-se o arquivamento da CPI por entenderem que essa medida faz parte de um processo persecutório e de criminalização, que atenta contra os direitos humanos das mulheres.

No Artigo dessa edição trazemos o Balanço da XI Conferência de DDHH e perspectiva para a construção do PNDH. Questões complexas como temas afetos à saúde das mulheres negras estão tratadas na entrevista com a médica e coordenadora da ONG Criola, Jurema Werneck.

A produção legislativa de 2008 mais uma vez foi tímida em relação à ampliação dos direitos das mulheres. Veja o quadro da matéria de capa desta edição sobre as principais leis aprovadas no ano de 2008. Ainda falando em lei, a página Na Lei e na Vida traz uma análise do Orçamento deste ano à luz das demandas por mais recursos e políticas públicas de gênero e raça, e mostra os principais ganhos e desafios para a execução dessas políticas em 2009.



SCS, Quadra 2, Bloco C, Sala 602, Ed. Goiás
CEP 70317-900 • Brasília-DF
Telefax: 55+(61) 3224-1791

Endereço eletrônico: imprensa@cfemea.org.br
Site: <http://www.cfemea.org.br>

Conselho Deliberativo: Gilda Cabral, Guacira César de Oliveira, Iáris Ramalho Cortês, Natalia Mori Cruz, Maria Aparecida Schumacher, Camilla Campos Valadares e Eliana Graça.

Conselho Consultivo: Albertina Costa, Carmem Campos, Clair Castilhos, Fátima Oliveira, Heleieth Saffioti, Jacira Melo, Jacqueline Pitanguy, Leilah Borges Costa, Mara Régia, Marcelo Lavenero, Margareth Airlha, Maria Amélia Teles, Maria Bethânia Melo Ávila, Nair Goulart, Salete Maccaloz, Sônia Correa e Sueli Carneiro.

Comitê de Especialistas: Álvaro Vilaça, Comba Porto, Delaine Martins, Edna Roland, Ella Wieko, Éster Kosovski, Gilberta Soares, Hildete Pereira, Paola Cappellin e Sílvia Pimentel.

Consultoras: Eneida Vinhaes Bello Dultra, Soraya Fleischer

Conselho Fiscal: Ivônio Barros, Maria Zulene Farias Timbó, Severina Marques, Maria da Conceição Geraldo e Mônica Beraldo Fabricio da Silva.

Diretoria Colegiada: Guacira César de Oliveira, Iáris Ramalho Cortês e Natalia Mori Cruz.

Demais integrantes da equipe: Adriano Fernandez Cavalcante, Francisco Rodrigues, Daniela Lima, Juliano Alessandro Lopes, Kauara Rodrigues Dias Ferreira, Leila Rebouças, Mirla de Oliveira Maciel, Myllena Calasans de Matos, Sarah de Freitas Reis.

Jornalista Responsável:
Daniela Lima (DRT/DF 4926)

Apoio: Fundação H. Boli, OXFAM, Fundação Ford, DFID/ SAAF, MDG3

Tiragem: 13.000 exemplares.

Projeto gráfico e diagramação: Faro Brasil
www.farobrasil.com.br

Impressão: RK Gráfica e Editora Ltda.

A Direção do Congresso e as Mulheres

As eleições para a composição das mesas diretoras das Casas Legislativas nacionais, ocorridas dia 02 de fevereiro, confirmam a distância das correlações de força da cúpula do Parlamento com as questões afetas à representatividade proporcional do “povo brasileiro”. O processo de negociação das candidaturas passou longe da discussão de uma agenda visando interesses públicos.

A cobiça de grandes partidos na ocupação dos espaços de poder dentro do Parlamento foi bem noticiada pela mídia e verificada pelos movimentos de mulheres nos seus resultados: **a manutenção do modelo de líderes conservadores e uma estrutura de maioria masculina** - todos os cargos da Câmara foram ocupados por parlamentares homens e, apenas no Senado Federal constam duas mulheres participando da Mesa Diretora.

Aqui não tratamos de segmento que requer destaque por privilégio. O alerta e a necessidade de atenção para pautas feministas e das organizações de mulheres são subsidiadas no reconhecimento de que se trata de mais da metade da população, que historicamente é alvo de desigualdade estruturante na formação pública da sociedade e, que suporta diversas e graves discriminações sistemáticas. **Nas eleições referidas a participação feminina esteve desconectada**, exceto pela novíssima definição das senadoras Serys e Patrícia Saboya na Mesa do Senado. Na Câmara, ao final dos discursos e da posse, apontou-se para a presença, como ouvintes, nas reuniões do Colégio de Líderes e a criação de uma estrutura nova para servir à representação feminina – chamada Procuradoria Parlamentar da Mulher.

É de efetivas prioridades de interesse público e social que aqui nos referimos. Queremos firmar um tempo em que as discussões de apoio e alianças nos espaços de poder sejam realizadas com participação e articulação da diversidade de composição da sociedade. As pautas políticas e deliberativas nos espaços decisórios não podem prescindir da garantia de representatividade dos principais elementos de formação de uma sociedade. A proporcionalidade partidária que é constitucionalmente assegurada e regimentalmente conferida em nome do pluralismo político - formador da nossa República - precisa se firmar em bases verdadeiramente democráticas. Isto **somente alcançaremos com a disposição de igualdade de oportunidade e respeito entre gêneros**.

Se a eleição da Mesa Diretora se constituir num processo avesso à vontade



Foto: Cláudia Ferreira

e composição social, principalmente das mulheres, contamina a convivência democrática nos espaços do Poder Legislativo. Essa prática política é incoerente com o seu caráter público e pode levar à insegurança e descrença no compromisso do Parlamento com legítimos interesses sociais.

Para o biênio 2009-2010, muitas demandas sensíveis a segmentos da população estarão expostas e em risco. No caso das mulheres, algumas questões específicas **exigem uma presença firme, a voz ativa e a força política para o enfrentamento**.

A exemplo da iminência da instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara para investigar a prática clandestina de aborto no Brasil. Esse assunto é marcado pelo senso comum e por contradições na vida real e urge que **seja enfrentado e debatido com seriedade e responsabilidade, típicas de um Estado Laico, sem religiosidade que fundamente decisões dos Poderes**. Um tempo de nova Inquisição, onde mulheres podem ser expostas em praça pública é incompatível com qualquer compromisso do Parlamento brasileiro frente a reais demandas da sociedade.

Mais uma vez firmamos a posição de que pretendemos um Congresso Nacional que **colabore para mudar a história de desigualdade e restrição das mulheres na esfera pública**. A manutenção da exclusão das mulheres dos espaços de poder e as posturas conservadoras e sectárias em relação aos temas de interesse público não consolidam práticas republicanas democráticas e legítimas. **Estamos alertas e dispostas a fazer diferença!**

Os direitos das mulheres negras e suas lutas por cidadania, respeito e saúde



“Os desafios não mudaram, continuam os mesmos de antigamente”

A Médica, coordenadora da ONG Criola e integrante do Conselho Nacional de Saúde, Jurema Werneck, disse em entrevista para o Jornal Fêmea que é preciso vencer o racismo, o sexismo e a lesbofobia para transformar as relações sociais no Brasil.

Fêmea - Para iniciarmos essa conversa, gostaríamos que você falasse um pouco de sua trajetória política no movimento de mulheres negras para noss@s leitoras/es.

Jurema Werneck – Sou da segunda geração do movimento de mulheres negras que surgiu no final da década de 70, início de 80. Venho do movimento estudantil e quando saí da faculdade passei a participar do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro, na segunda metade da década de 80. Entrei no instante em que o movimento estava efervescente, preparando o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, que se realizou no RJ. O momento era de muita agitação, não só no Rio como em todo o Brasil, pois existia uma rediscussão da perspectiva de atuação das mulheres negras no cenário político do Brasil.

Fêmea - Quais são os principais desafios para o movimento de mulheres negras atualmente no Brasil?

Jurema Werneck – Os desafios não mudaram, continuam os mesmos de antigamente. Ou seja, confrontar o racismo, e principalmente a forma como o racismo se aproveita das desigualdades impostas pelo sexismo, pela lesbofobia, e constrói um contexto de completa desvantagem para as mulheres negras, que se traduzem em pobreza, indicadores de saúde mais baixos, forte incidência da violência de todos os tipos. O movimento luta para a existência de um confronto direto ao racismo, que considere as contribuições do antixismo e da antilesbofobia. Ou seja, a luta busca a mudança das relações sociais no Brasil, das ideologias que conformam o pensamento social no país de modo a refazer a visão que a sociedade tem das mulheres negras, no lugar que não seja de desvantagem, mas de cidadãs.

Fêmea - Tendo como referência as reivindicações do movimento de mulheres negras no campo da saúde, em sua opinião quais são os principais

avanços e entraves que as políticas públicas têm de superar para responder ao direito da mulher negra à saúde?

Jurema Werneck – Além de superar o racismo e o sexismo, tem que superar a visão de que a saúde das mulheres negras, por uma perspectiva, só se referem à questão reprodutiva. Outra questão é sobre o direito que as mulheres negras têm de se apropriar do manejo da sua capacidade reprodutiva, mas muito mais do que isso, tem direito de se apropriar do seu corpo como um ambiente agradável, adequado para sua própria existência.

Quanto aos entraves, o principal é o funcionamento do SUS, se ele funcionasse como está previsto daria conta em grande parte das necessidades do setor saúde. Para um bom funcionamento, o Sistema de Saúde teria que agregar uma Política Nacional de Saúde Integral da População Negra

que inclui as mulheres. Esta política está inserida nos princípios do SUS, na forma de financiamento gestado teoricamente, mas não implantado na prática.

Fêmea - Como integrante do Conselho Nacional de Saúde e coordenadora de sua Comissão sobre a Saúde da População Negra, quais são os maiores desafios que você aponta no que se refere à participação e o controle social sobre as políticas públicas?

Jurema Werneck – Essa comissão tem como tarefa acompanhar a Política Nacional de Saúde da População Negra e também acompanhar as decisões da sociedade civil durante a 13ª Conferência Nacional de Saúde em relação à saúde da população negra. O primeiro desafio que o Conselho e a Comissão estão enfrentando é o da legitimidade da representação do controle social. Ainda que vivamos uma época em que existam conferências todos os dias e conselhos em tudo que é lugar, a consulta pública ainda é realizada de uma forma muito desqualificada.

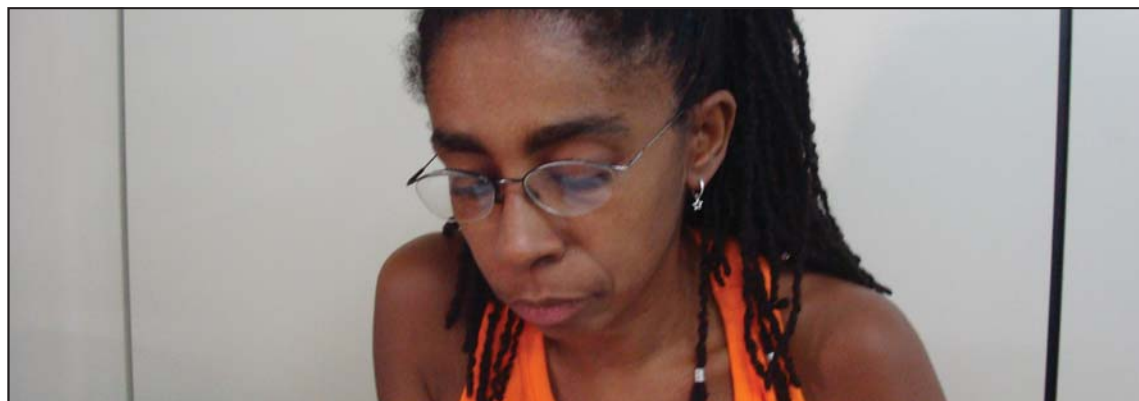
Fêmea - No ano passado e novamente neste ano vimos que a Ação de Atenção à Saúde da População Negra ficou sem recursos no orçamento federal. Qual o impacto disso para a população negra, especialmente para as mulheres?

Jurema Werneck – Ainda que o orçamento do SUS seja para todos e todas, inclusive para os cerca de 100 milhões de negros que existem no Brasil, dentre os quais pelo menos 50 milhões são mulheres, apesar de haver uma rubrica no orçamento, o que realmente está legitimado é o não fazer. O impacto disso é o que vemos todos os dias, os indicadores de saúde para a população negra são muito ruins, e os das mulheres negras são péssimos. A tendência é piorar, pois o sistema de saúde está encolhendo, ou pelo sub-financiamento, ou porque a CPMF acabou no Congresso e o CSS não foi votado, a emenda 29 ninguém quer regulamentar. Enquanto isso, dos 80% da população negra que procura o SUS, grande parte é mulher.

Fêmea - O Código Penal criminaliza o aborto no Brasil e isto impacta de forma diferenciada a vida das mulheres. As pobres, negras e jovens, são as que mais sofrem com a clandestinidade. Atualmente observa-se uma tendência de criminalização e perseguição às mulheres que interrompem a gestação (tendo como exemplo emblemático o caso das mulheres indiciadas em Campo Grande-MS) por setores religiosos fundamentalistas. Como você avalia este cenário e o debate sobre o aborto no Brasil?

Jurema Werneck – O cenário é péssimo, nunca foi bom. E vale lembrar que

as mulheres negras sofrem pressões cotidianas para não parirem. Sendo assim, o aborto vira uma obrigação, mas uma obrigação insalubre. A sociedade não oferece condições às mulheres negras de procriarem. O atual governador do RJ se referiu à favela da Rocinha como fábrica de delinquentes e, sendo assim, seria melhor abortar. Essa visão não é só do governador, mas de toda a sociedade. As mulheres negras vivem a pressão pelo aborto cotidianamente. Se fosse legalizado, elas já fariam em situações precárias, pois o SUS não as atende adequadamente, mas na ilegalidade é muito pior. Sou médica, e trabalhei em obstetrícia durante muito tempo, e sabemos que fechar clínicas de aborto não resolverá os problemas das mulheres negras. A solução do problema é rediscutir essa visão de que somos fábricas de delinquentes e recolocar o nosso direito de escolha de ter ou não ter filhos e garantir que é uma tarefa do setor público de saúde responder a qualquer que seja a demanda no que se refere à saúde. Os movimentos de mulheres precisam centrar fogo, e o interesse das mulheres negras é de reafirmar o



direito de autonomia, não só autonomia ao aborto e sim à existência.

Fêmea - Estamos às vésperas da revisão do Plano de Ação Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e outras formas de intolerância, aprovado em 2001, na Conferência de Durban. Quais são as suas perspectivas neste processo?

Jurema Werneck – As perspectivas são péssimas. São poucas as organizações brasileiras que estão acompanhando o processo. No cenário internacional o nível do debate é muito baixo. O governo brasileiro chamou a II Conferência Nacional de Promoção de Igualdade Racial, mas sequer sabe o tamanho do legado desse processo. O Brasil tem participado até aqui no processo de Durban com funcionários de baixo escalão, num cenário de disputas, não só entre Israel e Palestina, pois o racismo e xenofobia impactam o mundo inteiro e existem forças poderosas contrárias. O Brasil que se pronuncia internacionalmente como um país interessado em superar o racismo tem participado de uma forma muito ruim.

Produção legislativa 2008

não priorizou demandas

da sociedade civil



Foram 261 leis sancionadas em 2008 pela Presidência da República. Um número maior que em 2007 (198 leis), mas poucas afetaram diretamente a vida das mulheres ou dos grupos oprimidos. A maioria das leis tratou de homenagens, datas comemorativas, remanejamentos de recursos orçamentários, criação de cargos de confiança nas estruturas do serviço público, entre outras matérias de pouca relevância para a sociedade. Da mesma maneira que nos anos anteriores, as leis aprovadas foram majoritariamente de iniciativa do Poder Executivo.

Em ano de eleição municipal, o Congresso viveu ao menos três meses de “recesso branco”, além do trancamento da pauta do Plenário por causa das excessivas Medidas Provisórias e o anúncio da crise econômica internacional. Tornou-se mais difícil a votação das demandas dos movimentos sociais, uma vez que não encontram espaço na agenda do colégio de líderes e na lista de prioridades encaminhada pelo Executivo. Pautas como o Estatuto

da Igualdade Racial, reforma política, equiparação dos direitos das trabalhadoras domésticas, dentre outras, acabaram não sendo priorizadas pelo Congresso.

Em meio a este cenário, o CFEMEA identificou dez leis aprovadas em 2008 que tiveram alguma importância para as mulheres e/ou movimentos populares. Boa parte delas foi resultado de alguma prioridade para o Executivo, ou uma iniciativa individual de parlamentares ou ainda de determinados grupos de pressão não sendo, portanto, decorrente do diálogo e das demandas dos movimento de mulheres.

Passados 20 anos da Constituição de 1988 e mesmo com a conquista de quase 80 leis ordinárias de proteção aos direitos das mulheres, a ação direta e sistemática perante o Legislativo ainda é necessária. As prioridades dos movimentos nos últimos anos (e reforçadas em 2008)



Foto: Daniela Lima

ainda buscam reconhecer direitos até hoje não legalizados, revogar legislações discriminatórias, regulamentar dispositivos constitucionais e outras questões para a garantia de um alicerce formal rumo a igualdade de gêneros.

Inserem-se nesta nova lista demandas como: a descriminalização/legalização do aborto; nenhum direito a menos para as trabalhadoras domésticas; a ampliação e universalização da licença maternidade para seis meses; reconhecimento da união civil entre pessoas do mesmo sexo; reforma política que garanta a presença das mulheres e democratize os espaços de poder; reconhecimento do trabalho doméstico não-remunerado e; inclusão previdenciária para todas as trabalhadoras num sistema que promova justiça social e atendimento universalizado.

Para 2009 não há mudanças nas solicitações. Na Câmara acrescenta-se o pleito pela correção do erro histórico do ex-presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, ao criar a CPI do aborto, uma verdadeira caça às bruxas, nos moldes da inquisição, exatamente durante as comemorações dos 60 anos da Declaração dos Direitos Humanos, dos 20 anos da Constituição Federal e dos 20 anos de ação conjunta entre movimento de mulheres e a Bancada Feminina. A CPI levará as mulheres e suas organizações à condenação pública, como vivenciado na Idade Média, sem a seriedade de tratamento que requer um tema tão complexo.

Confira as novas leis de 2008 que repercutem na cidadania feminina:

Trabalho

Lei 11.644 - acrescenta art. 442-A à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, impedindo a exigência de comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 (seis) meses.

Lei 11.770 - cria o Programa Empresa Cidadã, que permite a prorrogação opcional da licença-maternidade para mulheres formalmente empregadas e servidoras públicas, mediante incentivo fiscal às empresas, e altera a Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991. Foi regulamentada pelo Decreto 6.690 de 2008.

Saúde

Lei 11.664 - dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Lei 11.695 - institui o Dia Nacional da Mamografia a ser comemorado no dia 5 de fevereiro.

Direitos Civis

Lei 11.698 - altera o Código Civil (arts. 1.583 e 1.584) para instituir e disciplinar a guarda compartilhada dos filhos.

Lei 11.804 - disciplina o direito a alimentos gravídicos, a forma como ele será exercido e dá outras providências. A lei pretende conceder alimentos à grávida, desde a concepção até o parto, para que a mãe não precise esperar o nascimento para ingressar com ação judicial para a pensão. A lei também visa fomentar a paternidade responsável.

Direitos Humanos

Lei 11.707 - altera a Lei 11.530/2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci.

Lei 11.771 - dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico e dá outras providências.

Lei 11.829 - altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet.

Lei 11.645 - altera a Lei 9.394/1996, modificada pela Lei 10.639/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

* *Veja o quadro completo com análise das leis no site do CFEMEA*

Orçamento 2009 não prevê recursos para algumas ações da lei Maria da Penha

Sarah de Freitas Reis

Os recursos autorizados no orçamento federal para o programa de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres foram superiores em 42% ao que tivemos no ano passado, principalmente devido às emendas apresentadas pelo Congresso ao projeto do governo. O orçamento da Secretaria de Políticas para as Mulheres saltou de R\$ 48 para R\$ 76 milhões, um aumento de quase 60%. Estes são indicativos de que haverá mais recursos investidos em políticas para as mulheres.

Entretanto, resta saber se, nesse contexto de crise financeira global, o governo vai efetivamente liberar os recursos destinados às políticas de promoção da igualdade. A execução dos programas que dão consequência ao II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres em 2009, corre o risco de sofrer com os altos níveis de contingenciamento que o governo estabeleceu para o cumprimento das metas fiscais e de superávit primário.

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, anunciou um corte provisório nas despesas orçamentárias para 2009 no valor de R\$ 37,2 bilhões. Do valor total a ser contingenciado, R\$ 22,6 bilhões referem-se a gastos de custeio da máquina, e os restantes R\$ 14,6 bilhões, a investimentos. Segundo o ministro, a crise vai significar um crescimento menor e, portanto, redução da receita, o que exige a redução de gastos. Estão salvaguardados os recursos para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e das áreas de saúde, educação e assistência; o mesmo não acontece com as áreas de promoção da igualdade, segurança pública, justiça, cidadania e tantas outras. Portanto, é preciso estar alerta!

Se houve avanços, é importante destacar também que o orçamento de 2009 não prevê recursos para algumas ações específicas orientadas à implementação da Lei Maria da Penha: de instalação de núcleos de defensoria especializada, implantação de centros de perícia e serviços de saúde para atendimento a mulheres vítimas de violência. Nem tampouco autorizou recursos para a atenção à saúde da população negra. A ausência de recursos para estas ações contraria a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009, posto que todas elas foram consideradas prioritárias pela LDO, o que significa que deveriam ser as primeiras políticas na “fila” para receberem recursos e serem executadas.

Foi o próprio governo o primeiro a descumprir a LDO, posto que já enviou o projeto de orçamento sem previsão de recursos para tais ações, e, no Legislativo, apenas uma emenda aportou recursos para uma delas. Com isso, começamos o ano sem os R\$ 26 milhões estabelecidos nas diretrizes



orçamentárias para o cumprimento da Lei Maria da Penha. O corte prejudica substantivamente a implementação da Lei, mas não chega a inviabilizar, posto que há recursos em outros programas para este fim.

Como o Orçamento Público apenas autoriza, mas não obriga o governo a gastar no que foi previsto, o monitoramento e a vigilância permanentes do movimento de mulheres sobre a execução orçamentária das ações previstas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres é indispensável. Do contrário, corremos o grande risco de vermos o pouco que conseguimos ser subtraído em favor do pagamento da dívida pública, ou simplesmente para alcançar a meta de superávit primário.

A Lei Orçamentária Anual (LOA, ou Orçamento Anual) é o instrumento legal onde o governo estima quanto vai arrecadar em impostos e como e onde vai investir os recursos públicos arrecadados durante o ano. Tudo o que vai ser gasto durante o ano tem que estar previsto no Orçamento. A Lei Orçamentária autoriza, mas não obriga o governo a gastar exatamente como foi previsto. Por isso é que o governo pode, por exemplo, gastar menos do que o previsto na promoção da igualdade, e mais do que o planejado para o pagamento da dívida pública. É por isso que chamamos o orçamento de “autorizativo”.

- Para ver a análise completa do CFEMEA (O Orçamento Mulher no PLOA 2009), acesse www.cfemea.org.br, vá em “Nossas Publicações” e clique em “Publicações”.
- Para acompanhar a execução do Orçamento Mulher, acesse: www.senado.gov.br/siga, vá em “Orçamentos Temáticos” e clique em “Orçamento Mulher”.

Sarah de Freitas Reis é Assessora Técnica Junior do CFEMEA para a área de Orçamento e Políticas Públicas



Urge repensarmos as Conferências

Balço da XI Conferência Nacional de Direitos Humanos e perspectiva para a construção do PNDH

Myllena Calasans

“**Nós** ainda não aprendemos a fazer conferências... elas deveriam acabar como começam: com o mesmo número de pessoas e uma grande mesa de encerramento”. A reflexão de uma das participantes resume o cenário da XI CNDH e os desafios que temos para construir a próxima. Onze Conferências realizadas em diversos formatos nos pedem mais reflexão sobre a prática. Urge repensarmos esse espaço de participação social, que se não enfrenta percalços antes e durante o evento se depara com o posterior: “tanta conferência e nada é efetivado”. Urge construirmos uma conferência que ultrapasse o objetivo da disputa para quem vai sair delegad@ para nacional; que inventemos outra forma de plenária para substituir o desgastado modelo sindical de deliberação, onde os códigos estão longe de atender a diversidade dos segmentos e de promover participação e; que @s delegad@s ultrapassem a preocupação em defender apenas suas propostas, sendo que muitas já fazem parte de deliberações de uma conferência ou plano.

Estes foram alguns aprendizados que nos deixou a XI CNDH. Realizada de 15 a 18 de dezembro de 2008 em Brasília, recebeu 1.500 delegad@s, convidad@s e observador@s. Com o tema “Democracia, Desenvolvimento e Direitos Humanos: Superando as Desigualdades” e comemorando os 60 anos da Declaração Universal de Direitos Humanos, a Conferência buscou revisar e atualizar o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) a partir do conceito de indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, considerando os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, sexuais e ambientais. Para tanto adotou a metodologia de discussão por sete eixos temáticos.

Essa, como as outras Conferências de direitos humanos, foi marcada pela diversidade. A cada edição nov@s ator@s adentram o palco e conseguem marcar presença. Mais de 60% d@s participantes eram mulheres e as feministas, e fizeram bonito durante o evento: discutiram desde o tema da violência, do estado laico à importância de pensar uma proposta de desenvolvimento para o país que considere as mulheres. Na abertura, já sinalizavam porque estavam ali: reafirmam que sem os direitos das mulheres não há direitos humanos. Por isso as vaias ao então presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, pela criação da CPI do aborto, uma afronta aos direitos das brasileiras, e a marcha no plenário protestando contra a criação da CPI. A delegação LGBT, com mais de cem representantes, foi a maior. Mas o mecanismo das cotas para diversificar os segmentos historicamente excluídos não se concretizou a contento.

Discursos de abertura, palestras, grupos de trabalho, espaço para atos e protestos, coletas de assinaturas e eis que chega a plenária final. Começa esvaziada, enche, e o burburinho na comissão organizadora e na platéia de que para terminar a extensa pauta de propostas teria que estender as atividades até de madrugada. Apaixonadas defesas a favor ou contra; questões de ordem; pedidos de destituição da mesa dirigente dos trabalhos; renúncia de um dos presidentes da mesa por não mais agüentar as duras críticas e, muitas vezes injustas, dos delegad@s; cobranças excessivas, desrespeitos e até acusação à equipe de apoio de violar os direitos humanos por ter esquecido de colocar a caneta em uma pasta. Em alguns momentos era bonito e se tinha orgulho de estar naquele espaço, em outros se suplicava o encerramento. Como explicar tanta agressividade d@s participantes para com seus pares? Como explicar a falta de solidariedade com a militante que à meia – noite lia um manifesto denunciando à morte de um líder quilombola baiano e @s delgad@s se preocupavam muito mais em conferir se sua moção tinha sido aprovada? Sintoma de que precisamos rever discursos e práticas pessoais? Sintoma de tanta violação de direitos, da distância do Estado e da ausência de políticas públicas?

Concluída a etapa de consulta, a próxima será de construção do novo PNDH que está prevista para começar em março e terminar em julho. A tarefa ficou a cargo do GT Nacional, que há de considerar as 36 diretrizes e 678 resoluções aprovadas. Espera-se que o PNDH, dentre outras, tenha metas de médio e longo prazo; seja incorporado pelo atual PPA e parâmetro para o próximo; tenha orçamento condizente com a demanda e mecanismos que protejam os programas dos contingenciamentos do governo federal, que tanto castigam essas políticas; e tenha um capítulo de monitoramento, estabelecendo a construção de indicadores de direitos humanos e de instrumentos de controle social. À SEDH cabem as funções de coordenação e de articulação para que todo o esforço da XI Conferência resulte na construção de uma verdadeira política nacional de direitos humanos garantidora de dignidade e direitos fundamentais em todas as áreas e para todos os segmentos. À sociedade civil cabe acompanhar a elaboração com o mesmo fervor dedicado à etapa nacional.

Myllena Calasans é advogada e assessora técnica do CFEMEA nas áreas de direitos humanos e violência

Revisão da Conferência de Durban 2009

Entre os dias 20 e 24 de abril de 2009 será realizado, em Genebra, Suíça, o Processo de Revisão da Declaração e do Plano de Ação da Conferência Mundial de Durban contra o Racismo e a Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, que ocorreu em 2001.

É importante garantir que os Estados, em nível mundial, ratifiquem seu compromisso com o cumprimento da Declaração e do Plano de Ação de Durban e para que os Estados da América Latina e Caribe definam ações que lhes permitam avançar no cumprimento dos compromissos assumidos mediante o estabelecimento de metas para 5 e 10 anos, no sentido de superar o racismo, o sexismo, a homofobia, a discriminação racial e as formas correlatas de intolerância.

O Fórum Social Mundial, realizado em Belém, foi palco de protestos de um grupo de ativistas de movimentos sociais, especialmente do movimento negro, para o pouco empenho do governo brasileiro com a divulgação do evento e a garantia de participação da sociedade civil no processo. Uma coligação de ONGs de direitos humanos e anti-racistas está organizando a chamada Cúpula de Genebra, evento a se realizar em 19 de abril, imediatamente antes da Conferência de Revisão.

Mais informações: <http://avaliacaodurban2009.wordpress.com>

Oficinas de formação

Mulheres debatem o orçamento público - Com o apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos e da Fundação Heinrich Boell, o CFEMEA e a ONG AMMIGA promoverão nas cidades baianas de Lauro de Freitas, Salvador e Camaçari, de 26 a 28 de março a segunda oficina de formação para fortalecer a luta das mulheres por recursos para as políticas públicas de promoção da igualdade. O objetivo desta segunda oficina é rever o conteúdo do PPA e discutir a LDO.

Projeto propõe a participação das mulheres no monitoramento da Política de enfrentamento à violência contra às mulheres – O CFEMEA e a ONG Criola reuniram-se, no início de fevereiro, para discutir a realização das seis oficinas sobre a participação das mulheres no acompanhamento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres a partir do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) a realizar-se no Rio de Janeiro e Brasília. As oficinas de formação têm o objetivo de articular, formar e mobilizar as organizações de mulheres locais para a realização de ações de advocacy e incidência nas políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Este projeto conta com o apoio da Fundação AVINA.

Neste 8 de março: Pelo que as Mulheres Lutam?

Cada 8 de Março é único, este em especial guarda algumas peculiaridades. Os movimentos de mulheres e toda a sociedade lida com a possibilidade de instalação de uma CPI no Congresso Nacional sobre a questão do aborto cujo objetivo é a intensificação da criminalização em curso das mulheres que decidem pela interrupção da gravidez.

As políticas públicas sociais, especialmente aquelas que combatem desigualdades históricas e estruturais (de classe, raça e gênero) têm seus recursos contingenciados e destinados ao cumprimento de metas fiscais do governo. Com isso, mantém-se em crescente precariedade a atenção à saúde pública a

educação, o acesso à moradia, o saneamento e a segurança pública. E a violência sexista não diminui.

No mundo do trabalho as mulheres seguem sendo o setor mais explorado, seja pela dupla jornada de trabalho, seja por que somos empurradas para os trabalhos e ocupações precárias, sem proteção social e direitos trabalhistas e com menor remuneração.

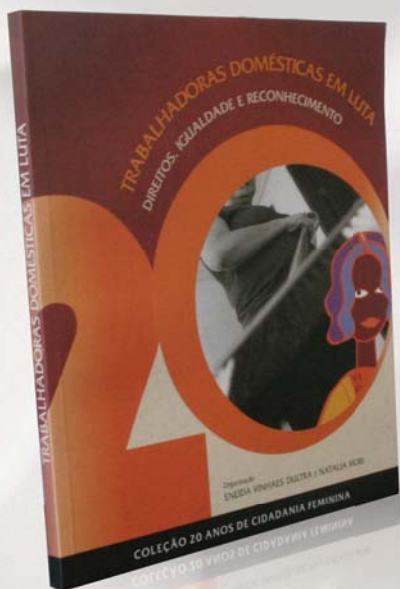
Portanto, mais que nunca o feminismo faz sentido. Este é o instrumento da luta das mulheres por sua libertação das relações de opressão e exploração, por sua liberdade e autonomia individual e da luta das mulheres por direitos coletivos e por outra sociedade, outro mundo possível.



Foto: Sarah Reis

CFEMEA lança novas publicações

Série 20 anos - Em comemoração aos 20 anos, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria lança uma série de publicações que abordam temáticas referentes às lutas feministas. O primeiro livro da série “Trabalhadoras Domésticas em Luta: Direitos, Igualdade, Reconhecimento” contém informações sobre os direitos das mulheres no “mundo do trabalho”, especialmente revelando os traços do trabalho doméstico remunerado e não-remunerado em nosso país.



Plurianual, com propostas concretas de indicadores de gênero e raça. A publicação contém nove capítulos que abordam aspectos conceituais sobre o monitoramento e a avaliação de políticas públicas, detalham a metodologia utilizada e dificuldades enfrentadas para analisar os sete programas do PPA 2004-2007 selecionados e o último capítulo que traz alguns desafios e perspectivas quando se objetiva avaliar as políticas públicas a partir da multidimensionalidade da discriminação de raça e gênero.

Indicadores de gênero e de raça no PPA2008-2011 - O livro “Gênero e Raça no Ciclo Orçamentário e Controle Social das Políticas Públicas: Indicadores de gênero e de raça no PPA 2008-2011”, apresenta o resultado dos estudos relativos a sete programas do Plano



O impacto do aumento dos juros na vida das mulheres

É comum ouvirmos no jornal as notícias de que o Banco Central aumentou a taxa Selic. Mas você sabe o que isso impacta na vida das mulheres?

Análise do CFEMEA* apontou que, a cada 0,25% que a taxa Selic aumenta, a Dívida Interna brasileira aumenta, em um ano, R\$ 1 bilhão e 913 milhões de reais. Se a dívida aumenta, o governo precisa de mais dinheiro para pagá-la e refinanciá-la. Apenas em 2008, segundo dados do portal SIGA Brasil (www.senado.gov.br/siga), o governo gastou (liquidou) 475 bilhões de reais com os serviços e refinanciamento da dívida interna. Esse valor daria pra pagar nove vezes os gastos com a saúde d@s brasileir@s.

*O Orçamento Mulher no PLOA 2009: Análise e sugestões de emendas, disponível em www.cfemea.org.br/publicacoes/publicacoes.asp.

CPI da dívida no Brasil

No dia 8 de dezembro de 2008, o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, criou a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a dívida pública da União, estados e municípios, o pagamento de juros da mesma, os beneficiários destes pagamentos e o seu monumental impacto nas políticas sociais e no desenvolvimento sustentável do País.

A CPI da Dívida foi proposta pelo deputado Ivan Valente (PsoL-SP) para Investigar quem são os beneficiários do pagamento da dívida pública no Brasil. Os governos da Venezuela, da Bolívia e do Paraguai estão fazendo o mesmo: instalando auditorias de suas dívidas públicas.

A luta feminista na América Latina

O CFEMEA foi criado em 1989, portanto, no esteio da reflexão e da prática política feminista acumulada até ali. Foi com muita disposição e ousadia política que começamos na luta pela igualdade de direitos entre mulheres e homens. Passadas duas décadas, temos mais que maturidade, também ânimo e indignação para insistir em transformar o mundo pelo feminismo. Outro mundo, melhor, é possível!

Em 89, o ativismo das feministas latino-americanas já tinha feito história nas lutas contra as ditaduras na nossa região. Data de 1981, o primeiro Encontro Feminista Latino-americano, realizado em Bogotá na Colômbia. Vinte e oito anos depois, agora, em março de 2009, no México, vai se realizar o 11º Encontro.

Nos anos 90, nós feministas afirmamos de diversas maneiras e em muitas reivindicações “Sem as mulheres (todas e cada uma delas) os direitos não são humanos!”. Estava aberto o Ciclo Social das Nações Unidas. E a incidência política feminista brasileira e latino-americana sobre a construção dos acordos e Plataformas de Ação das Nações Unidas abriu arenas importantes para a luta por direitos.

Nossas conquistas foram além dos pactos e acordos consolidados na ONU. Os fóruns da sociedade civil, paralelos às conferências oficiais, que organizamos como feministas constituíram-se em espaços de intercâmbio de experiência. Compartilhávamos daquele mesmo momento histórico, mas nossas realidades eram, e continuam sendo, muito desiguais. Mulheres brancas, negras e indígenas; urbanas e rurais; trabalhadoras em geral e trabalhadoras domésticas... tínhamos e continuamos a ter necessidades diferenciadas. Enfim, somos brasileiras e latino-americanas e arrastamos uma história de colonialismo e escravagismo. Vivemos numa sociedade racista, eurocêntrica, patriarcal, capitalista. E falar da “mulher brasileira” no singular significava omitir os privilégios, escamotear as exclusões. Isso tudo para dizer que os conflitos que enfrentamos nos anos 90 dentro do movimento de mulheres foram fundamentais para o movimento crescer. Crescemos.

Foram essas lutas por igualdade, justiça, contra a discriminação, do começo dos anos 90, que alicerçaram a nossa participação ativa, como feministas latino-americanas, nas mobilizações do final desta década como as jornadas de Seattle, em 1999, as várias rodadas de negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), a Campanha Tua boca é fundamental contra os fundamentalismos, lançada pela Articulação Feminista MarcoSul no próprio Fórum Social Mundial de 2002, para enfrentar a explosão do terror e da guerra detonados por Bin Laden e Bush.

A presença das mulheres e do feminismo no FSM 2009

Sem dúvida, foi marcante a presença feminista, desde a passeata de abertura

Se você tem histórias sobre a história do CFEMEA, conte para nós. Escreva e envie para o e-mail imprensa@cfemea.org.br



Foto: Sarah Reis

do Fórum Social Mundial, em várias das 2.310 atividades realizadas, e também no debate com os cinco presidentes sul-americanos, quando a presença das três mulheres dos movimentos sociais - a sindicalista de Burkina Faso (África), Mamurata Cize, a indígena equatoriana Blanca Chancoso e a feminista e coordenadora do Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense/AMB Maria das Graças - contrastou com as figuras masculinas de Lula, Evo Morales, Hugo Chávez, Fernando Lugo e Rafael Correia. No último dia, na Assembléia de Mulheres e em muitas das outras 31 assembléias realizadas, a militância feminista, de diferentes continentes do mundo, se fez presente, como portadoras de propostas feministas para a transformação social.

A Casa Feminista que, em Belém, reuniu aproximadamente 300 integrantes da Articulação de Mulheres Brasileiras, de 14 estados brasileiros, durante todos os dias do FSM, além de convidadas de outros países latino-americanos, foi um bom exemplo disto.

No território do Fórum, mais de 300 atividades de artes cênicas, plásticas, poesias, músicas, mesclando manifestações culturais e política, e acima de tudo, aprofundando a reflexão e a experimentação de uma outra cultura política para a transformação social. Durante dois dias, no Ginásio de Esportes da UFRA, foi essa a metodologia desenvolvida e o conteúdo debatido por provocação da Articulação Latino-Americana Cultura e Política.

Agora, em 2009, quando o CFEMEA completa seus 20 anos de existência, como organização feminista ficamos felizes de resgatar essa trajetória que percorremos dentro do movimento de mulheres e de reafirmar o nosso compromisso político, em consonância com a Declaração da Assembléia de Mulheres, aprovada em Belém (PA), durante o Fórum Social Mundial, onde feministas de todos os continentes do mundo declaramos: por nós e por todas, seguiremos comprometidas com a construção do movimento feminista como uma força política contra-hegemônica e um instrumento das mulheres para alcançar a transformação de suas vidas e de nossas sociedades, apoiando e fortalecendo a auto-organização das mulheres, o diálogo e articulação das lutas dos movimentos sociais